

# A ALIMENTAÇÃO DO POVO TERENA COMO OBJETO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E INSTRUMENTO DE PERPETUAÇÃO DA CULTURA

*THE FOOD OF THE TERENA PEOPLE AS AN OBJECT OF SCIENCE  
TEACHING AND AN INSTRUMENT FOR THE PERPETUATION OF  
CULTURE*

**Silara Fonseca**

Indígena Terena, Mestre em Ensino de Ciências  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6039720004341780>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1093-7959>  
E-mail: [silara10@hotmail.com](mailto:silara10@hotmail.com)

**Suzete Rosana de Castro Wiziack**

Purutuya, Doutora em Educação  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9661553680785951>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2269-603X>  
E-mail: [suzete.wiziack@ufms.br](mailto:suzete.wiziack@ufms.br)

**Nádia Cristina Guimarães Errobidart**

Purutuya, Doutora em Educação  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0936879715665257>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7240-5723>  
E-mail: [nadia.guimaraes@ufms.br](mailto:nadia.guimaraes@ufms.br)

**Resumo:** O trabalho versa sobre o tema alimentação como uma forma de resgate da identidade cultural do Povo Terena, no contexto da Escola Municipal Indígena Pílad Rebuá, localizada no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. Discutimos o direito a alimentação a partir de documentos oficiais e descrevemos as tradições presentes na Aldeia Passarinho, a partir dos olhos de uma das autoras, indígena Terena, e de cinco anciões que vivem na Terra Indígena. Sobre a alimentação e o papel da escola na manutenção de tradições culturais apresentamos o ponto de vista dos indígenas, professores de ciências. Concluímos que a escola enfrenta desafios para fornecer uma alimentação saudável e valorizar aspectos culturalmente ricos relacionados com a produção e consumo de alimentos na comunidade escolar do Povo Terena. Ela tem potencial de fortalecer tradições relacionadas ao plantio, colheita e consumo de alimentos, investindo em ações para além de datas comemorativas.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Ensino de Ciências na Aldeia Passarinho. Cultura Indígena.

**Abstract:** The work deals with the theme of food as a way of rescuing the cultural identity of the Terena People, in the context of the Escola Municipal Pílad Rebuá, located in the municipality of Miranda, in Mato Grosso do Sul. We discuss the right to food based on official documents and describe the traditions present in Aldeia Passarinho, from the eyes of one of the authors, a Terena indigenous person, and five elders who live in the Indigenous Land. Regarding food and the role of schools in maintaining cultural traditions, we present the point of view of indigenous science teachers. We conclude that the school faces challenges in providing a healthy diet and valuing culturally rich aspects related to food production and consumption in the Povo Terena school community. It has the potential to strengthen traditions related to planting, harvesting and consumption of food, investing in actions beyond commemorative dates.

**Keywords:** Indigenous School Education. Teaching Science in Aldeia Passarinho. Indigenous Culture.

## Introdução

A alimentação dos povos indígenas está historicamente vinculada ao ambiente natural, por meio do uso e manuseio da natureza que garantiu a sobrevivência dos diversos povos e, conseqüentemente, contribui com a manutenção da biodiversidade nas diferentes regiões brasileiras. Mas isto foi modificado com os processos de colonização, a invasão de terras e as restrições as quais nosso povo foi submetido pelos europeus que aqui chegavam. Com a perda de territórios, os hábitos e modos de viver foram se modificando.

Os Povos Terena são conhecidos como agricultores, e como indígenas Terena, tradicionalmente, nós plantamos alimentos para satisfazer as necessidades básicas e para melhorar a qualidade de vida, por meio da comercialização desses alimentos. Mas com a perda do nosso território, não se tem mais plantação como antes, e o pouco de terra que nos resta já está se desgastando, exigindo melhores condições técnicas de plantio, o que não existe mais nas aldeias. Fatores como esses repercutem nos hábitos alimentares e no estado nutricional do nosso povo.

Nossas tradições, desde a colonização, sofreram, e ainda sofrem, influência não indígena, o que corrobora para a perda de algumas de nossas particularidades, inclusive as alimentares. Em decorrência disso, algumas atividades foram perdendo suas características e receamos que aquelas que ainda estão preservadas, sejam abandonadas e esquecidas. Isto pode levar à perda de aspectos fundamentais de nossa cultura, como os que influenciam na alimentação, dada a redução de plantações e da variabilidade alimentar plantada, o que provoca maior dependência de produtos industrializados.

Essa constatação é confirmada pelo documento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Brasil, 2002), produzido pela Fundação Nacional de Saúde FUNASA, o qual sinaliza que:

[...] a ocupação do entorno das terras indígenas e a sua intermitente invasão por terceiros, com desmatamento, queimadas, assoreamento e poluição dos rios, têm afetado a disponibilidade de água limpa e de animais silvestres que compõem a alimentação tradicional nas aldeias. Por outro, as relações de contato alteraram profundamente as formas tradicionais de ocupação, provocando concentrações demográficas e deslocamentos de comunidades, com grande impacto sobre as condições sanitárias das aldeias e sobre a disponibilidade de alimentos e de outros recursos naturais básicos no seu entorno. As prioridades ambientais para uma política de atenção à saúde dos povos indígenas devem contemplar a preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância nas comunidades que não dispõem de água potável; a construção de sistema de esgotamento sanitário e destinação final do lixo nas comunidades mais populosas; a reposição de espécies utilizadas pela medicina tradicional; e o controle de poluição de nascentes e cursos d'água situados acima das terras indígenas (Brasil, 2002, p.20).

Além das condições do entorno das Terras Indígenas, o documento menciona a relação com a população não indígena e as mudanças no modo de vida dos indígenas particularmente com relação a alimentação. Essas mudanças levam a problemas como “[...] a hipertensão arterial, o diabetes, o câncer, o alcoolismo, a depressão e o suicídio são problemas cada vez mais frequentes em diversas comunidades” (Brasil, 2002, p. 12). Esses problemas não diferem relacionados com a alimentação e nutrição dos povos indígenas, já era identificado uma consequência de mudanças nos hábitos alimentares que vinham sendo alterados, fato que deu início ao aumento de doenças e também a obesidade da população indígena (Coimbra, 2010).

Tais mudanças alimentares têm afetado significativamente os povos indígenas e os resultados negativos são percebidos em grande parte destas populações (Granelo; Pontes, 2012). E, o que se

tem observado é uma grande mudança no tipo de alimentação dos povos indígenas, cada vez mais semelhante à dos não indígenas.

Em nosso entendimento, este é um problema a ser combatido nas terras indígenas e se apresenta como um importante tema a ser desenvolvido no âmbito escolar, já que a escola é o local no qual se realizam reflexões, sendo a educação um caminho para formar um pensamento crítico e, assim, contribuir para a perpetuação da nossa cultura, não para o seu extermínio.

Acreditamos que a escola indígena deva ser um espaço que valorize e promova conhecimentos, valores e práticas da nossa identidade para, com isso, disseminar nossa cultura. Portanto, a cultura alimentar deve estar contemplada no cotidiano educacional da instituição escolar estabelecida em terras indígenas. Ainda mais quando consideramos a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (Brasil, 1996). Esses documentos garantem as práticas valorativas dos saberes tradicionais no âmbito escolar da instituição indígena, cujos fundamentos estão presentes em diversas leis e decretos que asseguram o direito à educação escolar indígena, diferenciada e específica.

Saliento que, como Terena, moradora da comunidade e professora da escola indígena da Aldeia Passarinho, em Miranda, Mato Grosso do Sul, me preocupo com o alto índice de crianças com sobrepeso, pré-disposição para doenças como a diabetes e a hipertensão. Entendo, assim, que esse tema, que é de interesse geral para nós, povos indígenas, é fundamental na escola da minha comunidade.

Sabemos que a escola é apenas um dos lugares onde aprendemos a refletir e agir criticamente sobre nosso modo de vida, no entanto, acreditamos também ser a escola um pontapé inicial para todos os conhecimentos. Considerando o seu poder numa comunidade, defendemos a construção de um currículo que faça sentido para os envolvidos e, por isso, julgamos que o tema da alimentação natural é imprescindível para que nossas gerações futuras mantenham nossa cultura.

A partir desses pressupostos, buscamos refletir sobre como abordar os hábitos alimentares como resgate dos saberes indígenas. Pensamos numa sequência didática com esse tema, porque consideramos que ela contribuirá para que os estudantes indígenas, mais precisamente os da Aldeia Passarinho, Terra Indígena Pilad Rebuá, repensem sobre seus hábitos alimentares e culturais, para que com estas gerações, nós possamos resgatar hábitos e tradição do Povo Terena.

## O Povo Terena

O Relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022) indica que em Mato Grosso do Sul temos 183 localidades indígenas distribuídas entre os municípios de: Amambai, Anastácio, Antônio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bataguassu, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Campo Grande, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Japorã, Jaraguari, Jardim, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Naviraí, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia e Tacuru. Nestes municípios, foram cadastrados pelo IBGE o quantitativo de 116469 pessoas indígenas, habitando em localidades indígenas, sendo que destas 8866 vivem no município de Miranda e 2374 na Terra Pilad Rebuá, onde está a Aldeia Passarinho, na qual uma das autoras reside.

Na Figura 1 indicamos uma adaptação dos mapas apresentados no panorama do censo 2022, indicando a delimitação territorial na qual se inserem os indígenas cadastrados pelo IBGE, no Estado de Mato Grosso do Sul, no Município de Miranda e na Terra Pilad Rebuá, na qual localiza-se a Aldeia Passarinho.

**Figura 1.** Indicação territorial do Estado, do Município e Terra Indígena na qual se localiza a Aldeia Passarinho e quantitativo de pessoas indígenas



**Fonte:** [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=populacao\\_indigena&recorte=N1125](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=populacao_indigena&recorte=N1125). Acesso em: 16 fev. 2025.

Segundo dados do censo anterior, o Povo Terena, representava a quinta maior população de indígenas no território brasileiro: Tikúna (46045 pessoas), Guarani Kaiowá (43401 pessoas), Kaingang (37470 pessoas), Makuxí (28912 pessoas) e Terena (28845 pessoas). Nos relatórios atuais não identificamos se o quantitativo aumentou ou diminuiu, mas inferimos que continuamos nesta colocação, pois o sexto seria o Povo Tenetehara com população de 24428 pessoas indígenas (IBGE, 2010).

Os Terena são tradicionalmente conhecidos por serem agricultores e caçadores, mas com as constantes perdas de território, essas práticas foram sendo substituídas pelo trabalho nas fazendas da região pantaneira e até mesmo fora do Mato Grosso do Sul.

A participação de indígenas Terena na Guerra do Paraguai é considerada um marco histórico e uma das mais relevantes contribuições deste Povo para com o governo brasileiro. Os indígenas tiveram grande importância nesta luta, pois conheciam muito bem a região e eles eram responsáveis pelo abastecimento dos alimentos para os soldados do Brasil.

O governo brasileiro também chamou os índios de Mato Grosso para combaterem com os paraguaios. Os Guaicurus lutaram ao lado do exército brasileiro, enquanto os Terena, que sempre foram grandes agricultores, além de enfrentar o exército paraguaio, também participaram da guerra fornecendo alimentos para os combatentes (Bittencourt; Ladeira, 2000, p.56).

Após a Guerra do Paraguai se pode observar que nossos territórios estavam cheios de pessoas não indígenas, que invadiram nossas terras e que simplesmente ignoraram a importância da participação do nosso povo na luta. Luta esta que consistia não só pelas nossas terras, mas também por permanecerem vivos.

Quando a Guerra do Paraguai chegou ao fim, em 1870, os Terena começaram a voltar para suas antigas aldeias, destruídas durante os combates. Muitas aldeias haviam sido completamente aniquiladas e nunca mais foram reconstruídas ou recuperadas. O antigo território das aldeias já era disputado por novos “proprietários”, em geral oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra e que permaneceriam na região. (Bittencourt; Ladeira, 2000, p.76).

De acordo com Azanha (2001), o fim da Guerra do Paraguai trouxe para o Povo Terena novas batalhas, pois os que não morreram na batalha, ficavam doentes e muitos outros perderam a posse de seus antigos territórios. Depois deste período passaram a ser tratados com desprezo pelos não indígenas da região e considerados como mão-de-obra barata. Esse tempo, ficou conhecido como tempo de servidão e deu início ao processo de perda de identidade cultural, pois os Terena foram sendo influenciados pela religião e língua de povos não indígenas

Com certeza os Terenas se surpreenderam com o caráter eminentemente predador e voraz destes novos colonizadores – pois recorriam quando podiam às autoridades de Cuiabá para defender suas terras seus direitos – autoridades que, antes e durante a guerra com o Paraguai, tratava-nos com o respeito devido a aliados e distribuindo patentes aos seus chefes (Azanha, 2001, p.79).

Esses novos colonizadores, respaldados pelas autoridades que antes pareciam respeitar os povos indígenas, influenciaram a mudança da identidade cultural, do culto a realeza e o apreço a língua tradicional Terena.

## Os Indígenas Terena da Aldeia Passarinho

A Aldeia Passarinho é uma das aldeias da Terra Indígena Pilad Rebuá, localizada nas proximidades do município de Miranda – MS, indicada na Figura 1. Ela, atualmente possui 1594 pessoas indígenas ocupando uma área de 114 hectares da terra demarcada.

Apontamos novamente que, com pouco espaço para fazermos nossas roças, não fica difícil imaginar a realidade do nosso Povo: os pais ou chefes de família precisam sair em direção a outros estados/cidades para trabalharem e garantir o sustento de vossas famílias (colheita de maçã, corte de cana-de-açúcar, plantação de eucalipto, extração de resina, etc).

Essa busca por sustento é identificada no senso de 2010, que indica que o Povo Terena é o 1º colocado em pessoas indígenas morando fora de Terras Indígenas.

A comunidade possui somente seis grandes roças, onde predomina-se a plantação de mandioca e, em menor escala, o plantio de feijão miúdo, abóbora, cana-de-açúcar, pequenas hortas com produção de alface, couve, tomate, entre outros. A produção é pequena devido à limitação territorial e principalmente as dificuldades estruturais para a produção, sendo que os produtos são preferencialmente utilizados para a subsistência familiar.

Eram também os homens que preparavam a terra para o plantio sendo a semeadura tarefa feminina. Cultivavam o milho, a mandioca, o fumo, a batata-doce, o algodão e diversos tipos de abóbora, além de coletarem os frutos silvestres regionais e mel. A aldeia Terena original era formada por grandes casas comunais distribuídas regularmente onde viviam em média 10 famílias (Martins, 1992, p. 46).

De acordo com o relato de uma anciã indígena da Aldeia Passarinho, muita coisa mudou com o passar dos anos, pois os alimentos produzidos pela agricultura familiar Terena também tinha

como objetivo a união entre os familiares. Este aspecto cultural fica claro na declaração de indígena Damiana Fonseca, ao mencionar o a agricultura e os recursos naturais representam para todos nós, Terena.

Antigamente a nossa casa era de palha, palha de acuri. As paredes era de pé de bocaiúva, que eles cortavam, rachava ele com machado para fazer as paredes e não tinha luz, não tinha nada, a gente não tinha nada na época. A nossa luz era lamparina, que a gente comprava querosene para fazer a lamparina. Quem tinha lampião, tinha lampião. Quem não tinha era lamparina mesmo. E a noite os mais velhos, juntava os mais novos em baixo do pé de manga para debulhar milho, feijão, amendoim e eles começavam a contar histórias do tempo deles pra gente. Essa era nossa diversão, porque não tinha rádio, não tinha televisão, não tinha nada e na época todo mundo tinha planta, porque a terra era boa antigamente, hoje ninguém tem mais, a única coisa que dá na nossa comunidade, é mandioca e a batata-doce. Nada mais (Anciã Damiana Fonseca).

O relato evidencia a rotina da comunidade após a colheita de milho, feijão e amendoim a qual se reunia ao redor de um ponto iluminação noturna, mantida pelo emprego de lampiões e lamparinas, para debulhar os produtos colhidos e ouvir as histórias dos anciões indígenas.

Não convivemos mais com a situação precária de iluminação, mas até agosto do ano 2021, a comunidade sofria com a falta de água de maneira constante, pois havia apenas um poço de bocal para abastecer a comunidade inteira, o qual é cercado para evitar acidentes.

Esse problema de abastecimento é antigo, o território não tem curso d'água e a falta dela gerava muito desconforto para a população indígena que ali habitava, pois dependíamos de caminhão pipa para abastecer nossas caixas d'água. Várias vezes tivemos o cancelamento de aulas na escola da aldeia por falta d'água. O problema foi resolvido, graças a perfuração de dois poços artesanais.

Há na comunidade um posto de saúde, para o atendimento médico e odontológico, os quais acontecem duas vezes na semana. Vale destacar que o médico e a dentista são purutuya "brancos". Os outros membros da área saúde são compostos por uma enfermeira, duas técnicas em enfermagem, e quatro agentes de saúde, todos indígenas, sendo que cada agente fica responsável por uma sub-região da aldeia. Vários serviços são prestados, como por exemplo: pré-natal, acompanhamento dos recém-nascidos e puérperas, acompanhamento dos indígenas hipertensos e diabéticos, vacinação e exames preventivos.

Os atendimentos burocráticos com relação a qualquer documentação, acontecem no posto da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, onde está a nossa disposição o chefe local da fundação. O posto da FUNAI fica em prédio antigo localizado ao lado do posto de saúde e encontra-se em total abandono e os atendimentos estão sendo realizados no prédio do Centro de Referência a Saúde, o CRAS Indígena, localizado em frente à Escola Escola Municipal Indígena Pílad Rebuá.

O cacique da aldeia é escolhido por meio de votação, e após a votação, ele escolhe suas lideranças (vice cacique e membros do Conselho- um presidente, dois tesoureiros, dois secretários, o presidente de esportes e o coordenador de eventos) e os apresentam para a comunidade.

A aldeia está organizada em sub-regiões: baixadão, segundão, terceirão e laliminha, sendo que nesta última sub-região residem as pessoas indígenas da Aldeia Lalima que vieram morar na Aldeia Passarinho. No meio da aldeia, dividindo as sub-regiões encontra-se a quadra de esporte e o centro comunitário, local que é usado para fazer reuniões diversas com os indígenas da comunidade. A maioria das casas são de alvenaria, tendo somente algumas de madeira.

A língua materna é falada somente pelos anciões, e já são poucos os que falam, pois as usam apenas entre si e os demais integrantes de suas famílias não aprenderam e não sabem usar. Eles não aprenderam com a família e na escola, tem apenas uma disciplina específica para a Língua Terena.

Existem na comunidade alguns projetos para a preservação da cultura, principalmente a dança e a pintura, e por exemplo, em dia de luto as aulas param, pois todos da comunidade escolar

precisam comparecer no velório para prestar as condolências aos familiares.

Antigamente, só eram aceitos casamentos entre pessoas indígenas, mas com o passar dos anos, as regras da aldeia sofreram algumas modificações e hoje isto é aceito.

As práticas religiosas de não indígenas como católicos e evangélicos são muito presentes na Aldeia, prevalecendo as igrejas evangélicas: nove igrejas evangélicas e apenas uma católica, na comunidade.

O alto índice de evasão escolar é preocupante, sendo que muitas crianças precisam abandonar a escola para ajudar no sustento da família. Outros fatores preocupantes são o alto índice de consumo de bebidas alcoólicas e o uso de drogas ilícitas. Vale destacar que a única distração organizada na aldeia, para as crianças e os adolescentes, são os diversos torneios que ocorrem na quadra de esportes e no campo de futebol.

Na aldeia, somos receptivos e festeiros, sendo que a data comemorativa mais esperada pela comunidade é o dia 19 de abril, dia do índio, em que as comemorações duram até uma semana. Dentre as atividades podemos destacar as gincanas, as danças tracionais, o culto de ações de graça, realizado pelas igrejas evangélicas, apresentações culturais, enfim, brincadeiras diversas.

### **Escola Municipal Indígena Pilad Rebuá**

Para descrever essa instituição escolar, além de observações realizadas e experiências acumuladas durante os cinco anos que uma das autoras atuou como docente nessa escola, também foram levantados dados diretamente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Alguns dados são transcrições da conversa com anciã Dona Cerilia da Silva (109 anos, avó de uma das autoras), pelo Sr. Ramão Lopes Quirino (76 anos) e pela Dona Damiana Fonseca (53 anos, mãe de uma das autoras).

Antes desse prédio que abriga a escola, de acordo com os relatos, a primeira unidade que atendeu os estudantes indígenas moradores da Aldeia Passarinho estava localizada fora da comunidade, em uma chácara da região. Com o passar dos tempos a escola foi transferida para as dependências da Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida, onde funcionou pela primeira vez dentro da aldeia. Ela funcionava por meio de uma classe multisseriada, cuja professora indígena era a Senhora Margarida Bonifácio Fonseca, moradora da Aldeia Moreira, também localizada na Terra Pilad Rebuá.

A atual instalação da escola foi inaugurada, contendo duas salas multisseriadas (1ª à 4ª série), um banheiro masculino e outro feminino, uma cozinha estreita e uma sala, que serviu de moradia para a professora. Os estudantes que pretendiam continuar seus estudos para além da 4ª. Série tinham que ir para a cidade. Desde a sua inauguração, em 1979, a FUNAI era responsável pela escola e em 1997 ela foi municipalizada.

No ano 2000, foram construídas mais quatro salas de aulas e dois banheiros e em 2001, por meio do Decreto Municipal nº. 1231/2001, a instituição tornou-se a Escola Municipal Indígena Polo Pilad Rebuá e a Extensão Arthêmis Paz Bossay.

No ano de 2006, o prédio da escola incorporou uma extensão da Escola Estadual Caetano Pinto, do Município de Miranda, a qual visava oferecer o Ensino Médio, no período noturno, atendendo a formação da juventude da comunidade indígena local, cujas aulas são ministradas por professores indígenas e não indígenas. Isso ajudou os estudantes indígenas na continuidade de seus estudos na Aldeia Passarinho, sem assim, se deslocarem para a cidade.

No ano de 2007 foram construídas duas salas de aula e outros dois banheiros na instalação da Escola Municipal Pilad Rebuá para começar a atender os estudantes da Educação Infantil até à 4ª. série, no período vespertino, fato muito importante na escolarização das crianças da Aldeia Passarinho. No período matutino, a unidade escolar atendia estudantes indígenas de 5ª a 9ª série e no período noturno ele continuou atendendo estudantes indígenas que cursavam o Ensino Médio, ainda como uma extensão Escola Estadual Caetano Pinto.

Três anos depois, foi construído um laboratório de informática para atender os estudantes das duas escolas, o corpo docente escolar e a comunidade das duas aldeias da Terra Indígena Pilad

Rebuá: Aldeia Passarinho e Aldeia Moreira. Hoje a sala de informática encontra-se desativada por falta de manutenção e é utilizada como secretaria escolar.

Em 2016, o governo do estado de Mato Grosso do Sul, publicou o Decreto nº 14.306, criando a Escola Estadual Indígena Cacique Vicente de Almeida, na Aldeia Passarinho, município de Miranda. Nesta época a extensão da Escola Estadual Caetano Pinto já não estava atuando na Aldeia Passarinho e a recém criada escola indígena começou a funcionar no mesmo prédio da Escola Municipal Pilad Rebuá e o diretor da instituição passou a ser indicado pelo cacique da Aldeia Passarinho.

Atualmente a escola conta com um quadro de funcionários quase 100% indígena, sendo o diretor, um secretário, dois auxiliares de secretaria, dois especialistas em educação (um deles não indígena), três coordenadores (sendo dois do Pólo Pilad Rebuá e um da Extensão), 37 professores, duas merendeiras e cinco auxiliares de serviços gerais, moradores das duas aldeias.

Importante ressaltar que todos os oito diretores que coordenaram os processos educativos na escola Pilad Rebuá eram indígenas da comunidade.

Na escola, não existe um espaço destinado à sala de reforço e à biblioteca, estrutura tão importante na educação indígena e a escola não possui quadra de esportes, nem refeitório. Com isto fica claro a presença de algumas fragilidades se observarmos o que diz o Art. 6º, da resolução CNE/CEB Nº5, que aponta que as escolas indígenas devem ter uma estrutura adequada, para garantir uma educação diferenciada e de qualidade.

## **Alimentação como proposta curricular na Educação Escolar Indígena**

A discussão sobre Alimentação e Nutrição se apresenta na Base Nacional Comum Curricular como um possível objeto de conhecimento de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Seu ensino tem como objetivo, promover mudanças de comportamento adquirindo hábitos alimentares saudáveis, melhoria de qualidade de vida e prevenir doenças que são acometidas pela má alimentação (Brasil, 2018a).

A alimentação está indicada como direito do cidadão brasileiro, garantida na Ementa Constitucional nº. 64, de 04 de fevereiro de 2010, alterando o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. Considerando a alimentação escolar, este direito também é garantido.

Dessa forma, inclusive na alimentação escolar indígena, a alimentação também merece atenção diferenciada. A cultura alimentar deve estar contemplada no cotidiano educacional da instituição escolar estabelecida em Terras Indígenas, considerando as normativas da Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 9394/96, as quais garantem as práticas valorativas dos saberes tradicionais no âmbito escolar.

A escola se apresenta como um ambiente adequado para promover uma educação nutricional e as práticas pedagógicas devem voltar seu olhar ao alimento, pois é por meio dele que é possível reconhecer as estruturas nutricionais do indivíduo e, conseqüentemente, as sociais (Brasil, 2001). A Lei nº. 11.947 em seu Art. 2º determina as diretrizes da alimentação escolar, pontuando que esta deve respeitar a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis dos estudantes e a inclusão da educação alimentar e nutricional nos processos de ensino e de aprendizagem. Sobre o cardápio escolar, o Art. 12 defende que este deve ser elaborado respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade (Brasil, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi implantado em 1955 para atendimento de estudantes da educação básica matriculados em escolas públicas e possui o objetivo de formar hábitos alimentares saudáveis, com oferta de alimentação escolar, bem como educação alimentar e nutricional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como política pública na área de segurança alimentar e nutricional, que teve seu início no país na década

de 1950. [...] Tem por objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em salas de aulas de creches, pré-escolas, escolas do Ensino Fundamental das redes Federal, Estadual, do Distrito federal e Municipal, inclusive as indígenas e as localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Pretende, assim, contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, para a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis (Castro et al., 2014, p.2).

Mas, para execução desse atendimento escolar em uma instituição indígena, é preciso considerar a cultura indígena, que é rica em tradições e costumes repassados de geração para geração. A produção e o consumo de alimentos apresenta muitos desses costumes. A alimentação é cercada de mitos, rituais e tradição, aspectos que representam um importante patrimônio dos povos indígenas. Com isto, o direito ao alimento, em uma escola indígena, além de promover a saúde e a qualidade de vida, deve também respeitar o aspecto sociocultural da sociedade em que está inserida, garantindo a valorização do indivíduo e dos processos históricos que promoveram a organização da sociedade onde o alimento foi agregado.

É importante ressaltar que a relação da alimentação dos Povos Indígenas com o Bioma onde estão inseridos é algo fundamental a ser conhecido, tendo em vista que está diretamente relacionada com a disponibilidade e a presença de alguns alimentos característicos da região. E a diversidade dos Biomas do Brasil propicia uma grande quantidade de habitats diferenciados que abrigam muitas espécies vegetais e de animais com características próprias e específicas do seu ambiente, o que garante uma diversidade importante de alimentos.

A escola, ao tratar o tema alimentação deve se preocupar com o Bioma, no qual está inserida, pois ele preservado garante alimentos da região. Também são importantes os conhecimentos a respeito das práticas alimentares existentes nesses locais e como tais práticas são passadas de geração para geração, Geralmente esse processo de construção de conhecimentos é repassado pelas mulheres mais velhas da aldeia, que ensinam diversas gerações sobre os hábitos alimentares de suas etnias.

Também devem ser objeto de conhecimento na escola como essa riqueza de saberes está sendo modificada por interferência da cultura dos não indígenas. Além disso, novas formas de viver vem trazendo grandes problemas ambientais, sociais e de saúde das comunidades indígenas. Um exemplo é o consumo, em larga escala, de alimentos industrializados o que propiciou mudanças nos hábitos alimentares do Povo Indígena e provoca o distanciamento dos significados e dos significantes do alimento na sociedade (Proença, 2010).

Nesse sentido, cabe a nós, professores indígenas, a tarefa de trabalhar a importância da nossa cultura em relação aos alimentos naturais, resgatando e explorando hábitos saudáveis de alimentação, que representam nossa comunidade e assim contribuir para que sejam transmitidos de gerações a gerações. Cabe ainda desenvolver abordar o objeto de conhecimento alimentação e outros relacionados como a nutrição, incorporando e respeitando padrões alimentares da nossa comunidade e valorizando a produção indígena como forma de suprimento na escola e em nossas casas. Discutir com os estudantes sobre alimentação e nutrição, bem como orientações sobre a obesidade e a desnutrição infanto-juvenil, dentre outras doenças advindas dos novos hábitos alimentares que se fazem presentes em muitas Terras Indígenas.

Levando em conta que nos ambientes escolares, as crianças e os adolescentes, permanecem por um longo período de tempo é importante que as abordagens ocorram de forma contextualizada, participativa, de maneira que eles sintam-se motivados inclusive a realizar essas mudanças nos hábitos alimentares. Conteúdos que possuem significação para os estudantes, quando bem trabalhados, podem contribuir para a aquisição de conceitos relevantes sobre o tema e também valores a serem adquiridos para a transformação de uma dada realidade.

Na pesquisa desenvolvida no curso de mestrado, buscamos abordar a alimentação e a nutrição com os estudantes e professores da Escola Municipal Pilad Rebuá. No tópico seguinte apresentamos a análise de alguns dos dados coletados no processo de pesquisa.

## O que dizem os professores sobre o tema alimentação na escola indígena

Ao analisar os dados coletados com os questionários respondidos pelos docentes, identificamos frases representativas e correlatas ao que discutimos nos tópicos anteriores deste artigo. Sendo assim, foram realizados alguns recortes, os quais foram organizados em unidades de registro.

Por meio das unidades de registros demonstradas no quadro 1 nota-se a menção de alguns documentos oficiais da Educação Escolar Indígena como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Indígena em que a pesquisa foi desenvolvida e do programa PNAE.

Assim, foi possível estabelecer uma categoria inicial, sendo esta: A relação entre a alimentação nas escolas indígenas e os documentos oficiais da Educação Escolar.

**Quadro 1.** Recortes textuais dos sujeitos de pesquisa

Unidades de Registro		
Prof 1: “[... ] <b>o programa atingiu apenas pequenos produtores rurais, não atingiu as comunidades indígenas no seu todo.</b> ”	Prof 1: “[... ] <b>“Enfatiza alimentação na escola/ merenda, porém, não valoriza o alimento no PPP [...].”</b> ”	Prof 2: “[... ] <b>(RCNEI)</b> <b>é um documento importante que é uma referência para a educação indígena.</b> ”

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Sequentemente, outro grupo de recortes textuais foi elaborado, a fim de se formar mais uma categoria inicial. Nele, as unidades de registros demonstradas no quadro 2 fazem menção ao fato da cultura alimentar indígena não prevalecer mais nas aldeias e não ser valorizada na educação escolar, além de não estabelecer relações entre alimentação saudável e os produtos da roça cultivada na Aldeia Passarinho.

**Quadro 2.** Recortes textuais dos sujeitos de pesquisa

Unidades de Registro			
Prof 1: “[... ] <b>nossos alunos e familiares precisam ter uma alimentação saudável. Deixamos de nos alimentar com produtos da roça.</b> ”	Prof 1: “[... ] <b>“Hoje a escola não está mais oferecendo pratos ipicamente Terena”</b> ”	Prof 2: “[... ] <b>um cardápio único para toda a rede municipal.”</b> ”	Prof 1: “[... ] <b>a volta dos velhos costumes em trazer para dentro de casa bons alimentos saudáveis.</b> ”

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Assim, por meio destas unidades de registro foi elaborada mais duas categorias iniciais: 1 - A importância da valorização da alimentação saudável por meio dos produtos da roça cultivada na aldeia; 2 - A desvalorização dos produtos da roça cultivada na aldeia na Educação Escolar Indígena.

Posteriormente, outras unidades de registros foram separadas para análise. O quadro 3 demonstra unidades de registro relacionadas a abordagem da temática Hábitos Alimentares e Nutricionais nos livros didáticos e a realidade da escola indígena. De acordo com os recortes textuais, nota-se a superficialidade da abordagem do tema nos livros didáticos e a falta de correlação com a comunidade indígena. Assim, foi elaborada as categorias iniciais: 1 - A necessidade de considerar a realidade das comunidades indígenas nos livros didáticos; 2 - Possibilidades de trabalho com a temática Hábitos Alimentares e Nutricionais na Escola.

**Quadro 3.** Recortes textuais dos sujeitos de pesquisa

Unidades de Registro			
Prof 2: “a maioria dos livros <b>didáticos</b> trabalham de maneira que não abordam a <b>realidade</b> na qual estamos inseridos, [...]”	Prof 1: “Não retrata.”	Prof 2: “Não apresentam a realidade das <b>escolas indígenas.</b> ”	Prof 1: “[...] enfatiza a importância <b>nutricional dos alimentos</b> , ficando a cargo do professor buscar mais informações, [...]”

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

As unidades indicadas nos quadros 3 e 4 possibilitaram a elaboração de mais duas categorias iniciais, que agregadas originaram as categorias intermediárias e as duas principais categorias desta pesquisa.

**Quadro 4.** Recortes textuais dos sujeitos de pesquisa

Unidades de Registro			
Prof 1: “É possível abordar o <b>tema</b> , visto que ao longo do ano letivo o <b>plano</b> vai possibilitar a sua introdução e aplicação [...]”	Prof 1: “Passaremos a ter mais saúde. Deixaremos de consumir produtos industrializados. <b>Alimentação saudável na escola indígena</b> vai provocar o PNA.”	Prof 2: “[...] importância fundamental pois fomenta os estudantes ter uma <b>alimentação mais saudável</b> e os professores da valorização dos <b>alimentos produzindo na própria comunidade</b> ”	Prof 2: “[...] um <b>tema</b> de fácil compreensão pelos estudantes na qual se interessam muito [...]”

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

O quadro 4 expressa as possibilidades e relevância de se trabalhar a temática Hábitos Alimentares e Nutricionais nas escolas indígenas, proporcionando o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e a valorização da comunidade indígena e de sua cultura alimentar, despertando o interesse dos estudantes sobre o tema. Assim, originou-se mais uma categoria inicial: A relevância do desenvolvimento de aulas com a temática Hábitos Alimentares e Nutricionais na Educação Escolar Indígena.

Após a codificação, a transformação em unidades de registro e a determinação de categorias iniciais, foram criadas as categorias intermediárias, as quais são agrupadas por semelhantes, neste caso considerando primordialmente os critérios semânticos, ou seja, os temas comuns entre as categorias iniciais.

Dessa forma, foram obtidas três categorias intermediárias, sendo elas: 1- A importância da valorização da cultura alimentar indígena nos documentos oficiais e de diretrizes da Educação Escolar Indígena; 2 - O valor dos produtos das roças cultivadas na aldeia na constituição de Hábitos Alimentares e Nutricionais na comunidade indígena; e 3 - A necessidade de implementação de aulas que englobem a temática Hábitos Alimentares e Nutricionais na Educação Escolar Indígena.

Com isso, são propostas três categorias finais de análise: 1 - A cultura alimentar indígena nos documentos oficiais da Educação Escolar; 2 - A necessidade do desenvolvimento de aulas temáticas de Ciências sobre Hábitos Alimentares e Nutricionais que valorizem a cultura alimentar indígena na Educação Escolar Indígena; e 3 - A abordagem da relação Hábitos Alimentares Saudáveis e cultura na Escola Indígena: parâmetros para a construção de uma sequência didática.

É desse modo, que de acordo Bardin (2016), partindo das categorias que foram determinadas, que iniciamos a fase de tratamento dos dados, denominada inferência, por meio da qual o referencial teórico da pesquisa é retomado a fim de embasar a análise, possibilitando discussões conceituais e pontuais da pesquisa.

É importante esclarecer que a escola indígena atualmente é um lugar onde as dinâmicas e interações de saberes acontecem e se materializam. Neste contexto, o indivíduo ou sociedade tem o poder de decisão quanto a sua alimentação, levando em consideração o seu processo histórico e cultural. Considerando este cenário, o currículo escolar e a escola devem abranger o tema alimentação acrescidos da cultura local, para que isso aconteça devem estar inseridos nos documentos oficiais da Educação Escolar.

É importante destacar, ainda, que o cardápio planejado para a alimentação escolar das instituições escolares mantidas pela prefeitura de Miranda - MS é feito de forma a abranger todas as escolas do município, porém na Escola Municipal Pilad Rebuá a merenda escolar é feita por merendeiras indígenas da comunidade Aldeia Passarinho.

Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012) indicar que os programas de operacionalização da alimentação escolar em escolas indígenas precisam respeitar os padrões alimentares o Povo Indígenas e buscar adquirir os alimentos por eles produzidos para suprimento da merenda, isto não acontece no nosso contexto. O município enfrenta dificuldades em comprar itens da produção indígena ou da agricultura familiar da região.

Continuamos buscando o que Giordani, Gil e Auzani (2010) pontuaram: as políticas públicas como o PNAE devem considerar as especificidades culturais e sociais do povo a que se destina e, portanto, a política de alimentação escolar destinada aos povos indígenas deve ter um caráter diferencial, que respeite o modo de viver dessa população, as crenças, as tradições, a cultura alimentar.

Por mais que esteja reconhecido no Art. 213, a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas da Constituição Federal de 1988, respeito aos hábitos alimentares nas escolas indígenas é especificamente garantido pelo Decreto nº 6.861/2009, que dispõe sobre a educação escolar indígena e estabelece que “Art. 12. A alimentação escolar destinada às escolas indígenas deve respeitar os hábitos alimentares das comunidades, considerados como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local” (Brasil, 2009).

No caso do atendimento às populações indígenas, apenas em 2003 foi publicada a Resolução/FNDE nº 45/2003, que considera a necessidade de respeito aos “hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia” na alimentação escolar. Porém, esse documento não aprofunda questões sobre especificidades culturais e alimentares. Tudo isso se soma à grande falta de informações e referências sobre sistemas alimentares nativos, como bem apontou Leite (2010).

Quando nos referimos a necessidade do desenvolvimento de aulas temáticas de Ciências sobre Hábitos Alimentares e Nutricionais, que valorizem a cultura alimentar indígena, na Educação Escolar Indígena, estamos nos referindo a um tema que vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas. Mais rara é a discussão da situação por autores indígenas sobre a situação dos povos indígenas do nosso país, e mais especificamente sobre suas condições de saúde, que abordem o respeito à alimentação e nutrição do seu Povo.

### **As palavras dos anciões sobre a Terra indígena Pilad Rebuá e a cultura alimentar**

Foram entrevistados cinco anciões da comunidade com idade variando entre 60 a 109 anos, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino, todos indígenas, falantes da língua materna da família Aruak. Eles resgataram suas memórias históricas sobre a Terra Indígena Pilad Rebuá, a cultura alimentar, a implantação das escolas na Aldeia Passarinho e como era a alimentação escolar.

Apresentamos nos quadros 5 e 6 os recortes textuais transcritos das conversas que uma das pesquisadoras teve com os cinco anciões.

**Quadro 5.** Recortes textuais das palavras dos anciões

Unidades de Registro				
Ancião1: "Vichi, aqui antigamente era muito bom, criei 12 filhos, todos criados com coisas da roça."	Ancião 2: "Aqui era bom, no começo aqui tinha lavoura..."	Ancião 3: "Antigamente aqui era bom, tinha muita terra pra plantar, não tinha muito morador, só morava indígena."	Ancião 4: "Era muito bom de viver aqui, muito mato, não tinha estrada, era só trieirinho, havia muito espaço pra roça..."	Ancião 5: "Poucos moradores, muito bom de morar. Tinha muito espaço para plantar."

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Por meio das unidades de registro demonstradas no quadro 5 e 6 nota-se a menção do quanto eles achavam bom morar na Terra Indígena Pilad Rebuá antigamente. Podemos observar que ambos mencionaram, que tinham muitos espaços para fazerem suas roças, ajudarem na plantação e colherem o alimento que consumiam.

**Quadro 6.** Recortes textuais das palavras dos anciões

Unidades de Registro				
Ancião1: "Nossa alimento era tudo plantado, da roça mesmo. Naquela época tinha espaço pra fazer roça..."	Ancião 2: "...meu pai plantava e a gente ajuda na plantação."	Ancião 3: "O s alimentos eram todos plantados"	Ancião 4: "...tudo plantado, da roça e da horta. Nosso óleo era banha de porco."	Ancião 5: "A gente tirava da Roça todonosso sustento..."

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Esses relatos estão de acordo com o registrados que identificamos sobre a relação do Povo Terena com a Terra e o cultivo de alimentos (Silva, 1947; Martins, 1992). Sendo assim, foi possível estabelecer uma categoria inicial, sendo esta: Relação entre o bem viver com o espaço territorial.

Podemos identificar que os cinco entrevistados mencionaram alimentos produzidos por árvores do cerrado e que todos utilizavam tais espécies na alimentação. Assim, foi possível elaborar mais uma unidade de registro: A importância de conhecer o valor nutricional dos frutos do cerrado, bem como apresentar e aprender receitas e práticas de aproveitamento de espécies da região.

As unidades de registros demonstrados no quadro 7, fazem menção as árvores que tinham ou eles ainda têm na comunidade e serviram/servem para nossa alimentação.

**Quadro 7.** Recortes textuais das palavras dos anciões

Unidade de registro				
Ancião1: "... principalmente árvores que davam frutos (mangueira, laranjeira, pé de poncã, bocaiuva, jenipapo, jatobá, bacuri, acerola, mamão) todas serviam pra alimentação."	Ancião 2: "Era cheio de árvores aqui, jatobá bocaiuva (comia a carne e a castanha, minha vó fazia mingau dele) bacuri, acerola..."	Ancião 3: "... não tem mais árvores como antigamente, as mangueiras mesmo, morreram todas. Tinha pé de bocaiuva, laranja, acerola, jabuticaba, pitomba, amarindo, bacuri. O bacuri servia de alimento e com suas palhas meu pai cobria nossa casa. Tinha muita coisa, todos usados na nossa alimentação"	Ancião 4: "Sim, principalmente arvores que davam frutas, bananeira, laranja, manga, jatobá, bocaiuva, acerola. Tudo usado na nossa alimentação"	Ancião 5: "Pé de laranja, abacate, jabuticaba, jenipapo, jatobá, bocaiuva, bacuri..."

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

De acordo com o quadro 8, podemos observar que os anciões declararam que não fazem mais a utilização das comidas típicas e que a cultura alimentar do Povo Terena está se perdendo.

**Quadro 8.** Recortes textuais das palavras dos anciões

Unidade de registro				
Ancião 1: ... quando sai festa na escola.”	Ancião 2: “Não, porque não fazemos mais, a cultura da alimentação está se perdendo. A gente come na semana do dia do índio, quando sai festa na escola.”	Ancião 3: “Não, somente quando sai a festa do dia do índio que tem aquela mesona com aquele monte de comida, eu não perco uma festa.”	Ancião 4: “Não comemos mais as comidas de antigamente”	Ancião 5:

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

No entanto, é possível notar a importância da escola e sua representatividade para a comunidade, dessa forma outra categoria pode ser elaborada: O papel do ambiente escolar na recuperação e preservação cultural da alimentação Terena para a comunidade.

Ao buscar realizar os registros textuais das palavras dos anciões verificamos a preocupação deles com os seus, especialmente, com relação ao fato de que esses conhecimentos em algumas famílias não estarem sendo passados de geração para geração, como antigamente. Nesse sentido consideramos importante que também sejam registradas de forma documental e que promovam a conservação e preservação dessas práticas culturais. Dessa forma, originou-se mais uma categoria: A cultura indígena é rica em tradições dentre os quais destaca-se a questão de restrições alimentares.

O quadro 9, expressa as restrições alimentares utilizadas principalmente pelas mulheres, que ocorrem em períodos específicos como o de pós-parto, gravidez e período menstrual, restrições essas que se não seguidas podem vir a causar problemas para a comunidade.

**Quadro 9.** Recortes textuais das palavras dos anciões

Unidade de registro				
Ancião 1: Mulher grávida não pode comer ovo, porque o bebê nasce com aquela capa. Mulher menstruada não pode chupar melancia, porque pode dar sangramento forte. Mulher dando de mama não pode chupar laranja ou suco de limão, porque dá cólica na criança”	Ancião 2:	Ancião 3: mulher quando tá barriguda não pode comer ovo, porque é ruim pra criança nascer Mulher menstruada ou depois que o bebê nasce, não podia chupar melancia, porque é perigoso dar sangramento forte.”	Ancião 4: Quando estiver dando de mama, não pode chupar melancia se não deixa o leite fraco, aguado não alimenta criança. Não pode comer ovo, porque o neném nasce com aquela pele igual do ovo – eu mesmo tive esse problema. Melancia dá hemorragia na época do resguardo, mas faz bem pra ajudar a grávida a não ter um parto seco”	Ancião 5: Mulher gestante não pode comer ovo. Melancia é bom só Quando tá grávida, depois não pode...”

**Fonte:** dados da pesquisa (2024).

Ao buscarmos as restrições alimentares identificamos relatos com as indicações para o período menstrual, o pós-parto, conforme foi destacado por Baião e Deslandes (2006), que apontam o pós-parto como um período de restrição alimentar, relatando que as indígenas precisavam de até 40 dias, para total recuperação.

Em nossa pesquisa, também identificamos restrições presentes no período da gravidez. Quatro dos entrevistados relataram que o ovo não é indicado para mulheres que estão grávidas, pois dificultaria o nascimento do bebê.

O relato dos anciões permitiu que fossem obtidas três categorias finais de análise, sendo elas: 1 - A importância do espaço territorial para os indígenas Terena; 2 - A importância de conhecer os frutos do cerrado, utilizados na alimentação Terena; e 3 - O ambiente escolar como mediador da preservação e recuperação cultural da alimentação Terena para a comunidade local.

Tais categorias se refletem no fato de que, os cinco anciões entrevistados possuíam roça. Os mesmos informaram que utilizavam os produtos que produziam para o consumo próprio, para troca ou para a comercialização. O cultivo de mandioca, de feijão miúdo e milho se destacaram, pois eram plantados com maior frequência.

Relataram também que utilizavam a carne de caça como parte da alimentação, porém a escassez de mata para a caça fez com que esse costume fosse perdido. Dentre os animais citados estavam: porco do mato, tatu, cutia, anta, veado, capivara e quati.

Reconhecemos as transformações vividas pela nossa cultura e os anciões indicaram que a maioria das transformações que ocorreram foram inevitáveis diante das mudanças ocorridas no território.

As grandes fazendas de gado passaram a interferir de perto na vida econômica e social das aldeias indígenas. As plantações dos índios eram frequentemente prejudicadas pelos rebanhos das fazendas, e casos havia em que para se ressarcirem de eventuais prejuízos, os fazendeiros impunham tributos aos índios. Em consequência muitas aldeias se despovoaram completamente [...] O estabelecimento, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios constituiu para os Terena uma garantia de sobrevivência, quando eles já se achavam em vias de uma completa destribalização. Outro fator de grande importância que influenciou grandemente na vida dos Terena foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru a Porto Esperança, no Rio Paraguai (Silva, 1942, p, 283-284).

Com o território cercado pelas fazendas de criação de gado as plantações dos indígenas Terena precisavam ser cercadas para evitar o prejuízo causado pelos animais. Além de aumentar o custo do plantio dos alimentos essas cercas diminuíam os espaços destinados para a agricultura. Levando em conta que nós Terena somos considerados um Povo Indígena que se dedica a agricultura, torna-se preocupante o fato de que há cada vez menos espaço para as nossas roças.

No decorrer dos anos o quantitativo de pessoas indígenas aumentou devido a constituição de novas famílias e ficamos com pouco espaço para roças e as que existem não garantem a alimentação dos moradores da Terra Pilad Rebuá. Muitos integrantes destas novas famílias saem da Aldeia Passarinho ou da Aldeia Moreira para ganhar a vida em Miranda ou outras cidades do Mato Grosso do Sul tais como Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas e alguns vão procurar em outros estados, condições para se manterem, fora da comunidade.

Essa realidade é muito diferente do que foi registrada por Martins (1992, p. 45) que relata que nos antes da Guerra do Paraguai o Povo Terena era responsável “[...] pelo abastecimento de gêneros alimentícios para toda a região dos municípios de Miranda e Aquidauana” e responsável pela “[...] comercialização a varejo de produtos horti-frutíferos nessas cidades” nas quais a pecuária era a principal fonte de renda, neste período.

Dessa forma, não está garantido à comunidade o bem viver, que é de suma importância na demarcação de Terras Indígenas e refere-se à garantia dos direitos territoriais dos Povos Indígenas. Ou seja, uma demarcação justa que é prevista por lei, assegurada pela Constituição Federal de 1988 e também pelo Estatuto do Índio.

Os relatos dos anciões estão em conformidade com o que aponta Silva (1949), quando indica que os Terena combinavam a agricultura com a caça e a pesca. O autor afirma ainda que o cultivo de produtos vegetais para o consumo e trocas familiares eram constantes, porém devido às questões de restrição e degradação de suas áreas, o plantio está cada vez mais reduzido, o que vem interferindo na qualidade da alimentação desses povos.

Com isso, compreendemos a importância de se conhecer os frutos do cerrado utilizados na alimentação indígena, como forma de valorizar a biodiversidade local e de sua importância na

manutenção do modo de vida dos povos indígenas. Além disso, dizem respeito aos alimentos que foram indicados e caracterizados pelos anciões como parte da disponibilidade local.

Entende-se com isso, que ao estimular o consumo de alimentos disponíveis e a preservação destas árvores frutíferas, também permite-se uma opção de renda com tais frutos ou com produtos a partir dessas árvores, garantindo, assim, a movimentação econômica com novas oportunidades, sobretudo para as mulheres, lhes garantindo uma fonte de renda alternativa.

Isto nos leva a pensar que é papel da escola apresentar para a comunidade local, o resgate desses conhecimentos e de práticas, sobretudo porque é fato que a maioria dos eventos de grande importância acontecem na escola, e no qual tais momentos tradicionalmente diversos alimentos são oferecidos.

### Algumas considerações

A pesquisa evidenciou que existem desafios para que uma cultura alimentar saudável e culturalmente rica seja valorizada na comunidade escolar. Porém, é preciso destacar que a comunidade escolar pode organizar uma proposta política pedagógica de acordo com as primícias de valorização, revitalização e resgate da cultura Terena e neste quesito o tema alimentação poderá contribuir para o entendimento dessa cultura.

Defendemos esse tema deve estar presente no projeto político pedagógico da escola, documento que exige reflexões da comunidade escolar sobre o real papel da escola na comunidade local. Neste sentido, como apontado pelos professores que responderam aos questionários, ao avaliar a cultura alimentar Terena, a grande relevância do tema não é considerada, pois ele não é trabalhado com frequência, a não ser na semana das festividades, em 19 de abril.

Embora as memórias continuem vivas entre os mais idosos e que a cultura alimentar indígena tenha deixado suas marcas, fica evidente a perda das tradições culturais dos Terena em sua alimentação. Também se constatou que os Terena estão sendo “obrigados” a modificar seus hábitos diários, como o da alimentação, bem como o do plantio e colheita de alimentos e o da pesca. Com o passar do tempo perderam suas terras e não encontram apoio para consolidar sua tradição de agricultores.

### Referências

AZANHA, Gilberto. **Os Terena - Centro de Trabalho Indigenista**. Relatório de Perícia para Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI (DAF) – Departamento de Demarcação (DED), Memorial Descritivo de Delimitação (MDD). Solicitação da FUNAI N. 75, agosto de 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. **Decreto n.6861 de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm) Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96**. Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília. 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. **História da Merenda Escolar 1951-2001**. MEC/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. FNDE.2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm) Acesso em: 15 jun. 2023.

CASTRO, Teresa Gontijo de. Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingang do Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública** v.30. nº 11, Rio de Janeiro, 2014.

COIMBRA Jr, Carlos Everaldo Alvares. **I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas**. Projeto Vigisus II – Banco Mundial – FUNASA, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – PNAD Contínua**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 16 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas: estudos especiais**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GRANELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação/ Unesco, 2012. p. 296-296.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; GIL, Laura Perez; AUZANI, Symone Cortese da Silva. Políticas públicas em contextos escolares indígenas: repensando a alimentação escolar. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 2, p. 25-25, 2010.

LEITE, Mauricio Soares. Especificidades socioculturais e políticas públicas em alimentação e nutrição. 2010. *In: XXI Congresso Brasileiro de Nutrição – CONBRAN*. (Apresentação de Trabalho). 2010

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 1 ed. Campo Grande: UFMS, 1992. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:martins-1992-breve>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PROENÇA. Rosana Pacheco da Costa. Alimentação e globalização: algumas reflexões. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 4, out. 2010.

SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança cultural dos Terena. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, 1949. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:silva-1949-mudanca>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Recebido em 22 de abril 2024  
Aceito em 29 de janeiro de 2025